

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

**OAB/Nacional – Exame de Ordem – 2006.3 - Aplicação Dezembro 2006
Banca Cespe/Unb**

01) 61. Julgue os itens a seguir, a respeito das condições de validade do mandato e do substabelecimento.

I - É válido o instrumento de mandato, com prazo determinado, que contenha cláusula que estabeleça a prevalência dos poderes para atuarem até o final da demanda.

II - Diante da existência de previsão, no mandato, que fixe termo para sua juntada, o instrumento de mandato somente terá validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo.

III - Somente serão válidos os atos praticados pelo substabelecido se estiverem presentes, no mandato, poderes expressos para o substabelecimento.

IV - Sendo o substabelecimento anterior à outorga passada ao substabelecete, a representação configura-se como irregular.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

02) 62. A respeito do preposto, julgue os itens subseqüentes.

I - Para figurar como preposto em um processo, basta ser conhecedor da situação de fato, objeto da demanda.

II - A carta de preposição é documento hábil para prova do mandato outorgado. A sua ausência deve atrair a aplicação da revelia, em qualquer caso.

III - O preposto deve ser, necessariamente, sócio, diretor ou empregado da reclamada.

IV - Nas ações que digam respeito a empregados domésticos, não é necessário que o preposto seja empregado do reclamado.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

03) 63. Julgue os itens seguintes, relativos à competência da justiça do trabalho.

I - É competência da justiça do trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

II - É competência da justiça do trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve.

III - Os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data serão processados e julgados na justiça do trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita a sua jurisdição.

IV - Compete à justiça do trabalho processar e julgar as execuções, de ofício, das contribuições sociais previstas na Constituição Federal decorrentes das sentenças que proferir.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 4.
- B 3.
- C 2.
- D 1.

04) 64. João é empregado da empresa Carta Branca Ltda., reside na cidade Beta e trabalha na cidade Ômega. Essa empresa tem sede na cidade Alfa e outra filial na cidade Delta.

Nessa situação, se for mover reclamação trabalhista contra a empresa Carta Branca, João deve protocolizar sua inicial apenas na cidade

- A Beta.
- B Ômega.
- C Alfa.
- D Delta.

05) 65. Nas comarcas não abrangidas pela jurisdição da justiça do trabalho, atribui-se ao juiz de direito a competência para julgar as demandas trabalhistas. Em caso de recurso de sentença proferida por um juiz de direito em matéria trabalhista, deverá julgar esse recurso o tribunal

- A de justiça do estado.
- B regional do trabalho do estado.
- C regional federal.
- D de justiça.

06) 66. Tércio moveu reclamação trabalhista contra a empresa Aurora Ltda. Na audiência de instrução, Tércio apresentou como sua testemunha Iram, que, por sua vez, também litigava contra a empresa Aurora Ltda., na condição de ex-empregado. O advogado da empresa contraditou a testemunha, alegando que, por também estar litigando em outro processo contra a mesma reclamada, Iram seria suspeito. Nessa situação hipotética, o juiz deve

- A indeferir a contradita e ouvir o depoimento de Iram como testemunha compromissada, pois o fato de este estar litigando contra o mesmo empregador não o torna suspeito.
- B deferir a contradita e dispensar a oitiva de Iram, devido a sua manifesta suspeição.
- C proceder à oitiva de Iram como informante, sem que este preste compromisso.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D suspender a audiência, para que Tércio apresente nova testemunha no lugar de Iram.

07) 67. As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço, ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado. Ao integrar a remuneração, as gorjetas servem como base de cálculo para

- A aviso prévio.
- B horas extras.
- C adicional noturno.
- D décimo terceiro salário.

08) 68. Carlos exercia as funções de administrador na fazenda Esperança. Cabia a ele, entre outras atribuições, contratar e demitir empregados, estabelecer as tarefas e as metas que deveriam ser cumpridas, zelar pelas instalações da fazenda. Carlos executava suas tarefas em regime de dedicação exclusiva e, nos períodos de colheitas, cumpria regime de trabalho de até 10 horas por dia. No entanto, não havia nenhum superior que lhe fiscalizasse a jornada de trabalho. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

I - É devido o pagamento de horas extras a Carlos, visto que ele chegava a trabalhar em jornada de até 10 horas.

II - Carlos não se beneficiará da contagem de horas extras, visto que ele mantinha o poder de decisão e não havia superior que lhe fiscalizasse o horário de trabalho.

III - Carlos, por ser empregado rural, não receberá horas extras, pois não há previsão legal de pagamento de horas extras a esse tipo de empregado.

IV - Se Carlos não tivesse poder de mando, registrasse sua jornada de trabalho em cartão de ponto e se tal jornada fosse aferida pelo proprietário da fazenda, ele faria jus ao recebimento de horas extras.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

09) 69. A respeito das hipóteses de justa causa do empregado, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), julgue os itens seguintes.

I - O pagamento, em audiência, dos salários atrasados elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.

II - O fato de o empregador enfrentar dificuldades provenientes de política governamental não autoriza nem descaracteriza a mora salarial.

III - Podem ser considerados como atos lesivos da honra e boa fama, capazes de justificar a justa causa do empregado, a calúnia, a difamação, a injúria e o dano moral.

IV - Tanto a rescisão para atender obrigações legais quanto a morte do empregador que constitui empresa individual são consideradas hipóteses de justa causa do empregado para a rescisão do contrato de trabalho.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.

10) 70. Assinale a opção correta quanto aos prazos para a interposição de recursos na justiça do trabalho.

- A O prazo para a interposição de recurso de embargos é de 8 dias.
- B Da decisão do ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho que nega seguimento ao recurso extraordinário, cabe agravo de instrumento para o STF, no prazo de 8 dias.
- C O prazo para a interposição do recurso ordinário é o mesmo que se concede à interposição da apelação no cível.
- D O prazo para a interposição de agravo de petição é de 5 dias.

11) 71. Não estão previstas na carteira de trabalho e previdência social anotações relacionadas a

- A interrupções e suspensões no contrato de trabalho.
- B acidentes do trabalho.
- C alterações no estado civil e referentes a dependentes.
- D atos desabonadores à conduta do empregado.

12) 72. De acordo com a CLT, considera-se como salário

- A o seguro de vida e de acidentes pessoais.
- B a alimentação in natura habitualmente fornecida ao empregado.
- C a previdência privada.
- D a assistência médica.

13) 73. Com relação ao trabalho do menor, julgue os seguintes itens.

- I - É proibido qualquer trabalho a menor de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- II - Ao menor de 18 anos é vedado trabalho noturno.
- III - Ao menor não será permitido o trabalho insalubre ou em locais e serviços perigosos.
- IV - Não se considera prejudicial, em regra, à moralidade do menor o trabalho em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D 4.

14) 74. Em processo movido contra determinada empresa, o juiz, na sentença de primeiro grau, julgou procedente o pedido formulado na inicial e estabeleceu como valor da condenação a quantia de R\$ 8.500,00. Ao interpor o recurso ordinário, o advogado da empresa efetuou um depósito recursal no valor de R\$ 5.000,00.

Considerando-se, hipoteticamente, que a tabela de interposição de recursos estabeleça o recolhimento de R\$ 5.000,00 para interposição de recurso ordinário, R\$ 7.000,00 para interposição de recurso de revista e R\$ 9.000,00 para interposição de recurso extraordinário e considerando-se, ainda, que a sentença não foi reformada, a quantia que o advogado deve depositar para interpor o recurso de revista é de

- A R\$ 7.000,00.
- B R\$ 8.500,00.
- C R\$ 3.500,00.
- D R\$ 5.000,00.

15) 75. Assinale a opção correspondente ao recurso cabível das decisões proferidas pelo juiz do trabalho em sentença de execução.

- A recurso ordinário
- B agravo de petição
- C embargos do devedor
- D agravo de instrumento

OAB/RJ – 32º Exame de Ordem – 2007.1 - Aplicação Abril 2007
Banca Cespe/Unb

16) 41. Acerca do instituto da negociação coletiva de trabalho, assinale a opção incorreta.

- A O acordo ou a convenção coletiva de trabalho firmados com o sindicato representativo da categoria profissional podem estabelecer banco de horas.
- B É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- C É assegurada a irredutibilidade de salários, salvo negociação coletiva.
- D Mediante a negociação coletiva é possível a flexibilização das regras legais aplicáveis à medicina do trabalho.

17) 42. Assinale a opção incorreta a respeito da estrutura sindical brasileira.

- A As confederações sindicais detêm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- B É possível a criação de mais de um sindicato representativo de uma mesma categoria, em idêntica base territorial.
- C Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D O Ministério do Trabalho e Emprego detém a competência para o registro das entidades sindicais, devendo utilizar seu poder discricionário para fazê-lo.

18) 43. Com referência ao conflito entre normas de acordo coletivo de trabalho e convenção coletiva de trabalho, no direito brasileiro, assinale a opção correta.

A As condições estabelecidas em convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em acordo.

B Aplicar-se-á apenas um instrumento normativo, tendo em vista o princípio do conglobamento amplo.

C Prevalecerão as normas do acordo coletivo, em decorrência da aplicação do princípio segundo o qual a norma especial revoga a geral.

D Prevalecerão aquelas que a assembléia geral determinar, nos termos da CLT.

19) 44. Assinale a opção correta.

A O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de um ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego.

B Para fazer jus ao adicional de transferência, basta que o empregado seja removido de setor no trabalho.

C O adicional de periculosidade é calculado sobre o salário-base do empregado, na base de 10%, 20% ou 40%, e de acordo com grau de risco da atividade.

D As verbas rescisórias incontroversas somente podem ser quitadas na primeira audiência se forem acrescidas da multa de 50%.

20) 45. Assinale a opção incorreta.

A As diárias para viagens e as ajudas de custo são verbas contratuais, sendo que a primeira integra o salário, em princípio, para todos os efeitos, se exceder 50% do salário-base diário do empregado, o que não acontece com as ajudas de custo, que, em princípio, não integram o salário do trabalhador.

B Além do pagamento em dinheiro, compreendem-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, a habitação e o vestuário concedidos in natura que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

C O adicional de insalubridade fixado pela legislação trabalhista corresponde sempre a 30% do salário mínimo, independentemente de previsão contratual.

D Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.

21) 46. Sobre a duração do contrato de trabalho, à luz da dogmática trabalhista, assinale a opção incorreta.

A O contrato de trabalho temporário envolve uma relação trilateral, que abrange a empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora de serviços e o empregado.

B A duração do contrato de trabalho se presume indeterminada.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C As hipóteses de contrato com duração determinada estão previstas na CLT e na legislação extravagante e apresentam requisitos de validade.

D Quando não satisfeitos os requisitos de validade de contratos a termo, o contrato é nulo de pleno direito.

22) 47. Havendo recurso no processo de conhecimento trabalhista, no que se refere ao pagamento e à comprovação do recolhimento de custas, é correto afirmar que as custas devem ser

A obrigatoriamente pagas e comprovadas no momento da interposição do recurso.

B pagas dentro de cinco dias da interposição do recurso, comprovando-se o recolhimento nos cinco dias seguintes.

C pagas dentro do prazo recursal e comprovadas nos cinco dias seguintes.

D obrigatoriamente pagas e comprovadas dentro do prazo recursal.

23) 48. A respeito do fenômeno da litispendência, é correto afirmar que, entre uma ação coletiva (ação civil pública ou ação civil coletiva) ajuizada para a defesa de direitos coletivos — em sentido estrito — e uma ação individual,

A ocorre litispendência, mesmo que não haja conexão entre as ações.

B não ocorre litispendência.

C ocorre litispendência quando houver identidade de partes, de pedido e de causa de pedir.

D ocorre litispendência quando houver conexão entre as ações e identidade de partes.

24) 49. Entregue a contestação e juntados documentos pelas partes, o juiz indeferiu a prova testemunhal requerida por um dos litigantes, por considerá-la desnecessária. Em face dessa decisão, assinale a opção correta.

A A parte que se sentiu lesada poderá obter a anulação da sentença proferida, alegando injustiça na decisão, desde que faça o requerimento em preliminar de recurso.

B O tribunal, quando do exercício do duplo grau de jurisdição, verificando tal fato, decretará a nulidade do julgado independentemente do requerimento na peça recursal, porquanto o reexame pela instância superior devolve a apreciação de todas as questões processuais afetas à decisão do juízo inferior.

C A parte que se sentiu lesada poderá obter a anulação da sentença, alegando erro de procedimento, desde que tenha manifestado sua contrariedade à nulidade resultante do ato judicial, na primeira oportunidade em que pôde falar em audiência, ou nos autos.

D Não poderá o tribunal, em nenhuma hipótese, acolher a nulidade do julgado, em observância aos princípios do livre convencimento do juiz e da imediatidade.

25) 50. O prazo para que o reclamante se manifeste sobre exceção de incompetência em razão do lugar quando argüida, no processo do trabalho, é de

A 24 horas.

B 48 horas.

C 5 dias.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D 8 dias.

OAB/Nacional – Exame de Ordem – 2007.1 - Aplicação Abril 2007
Banca Cespe/Unb

26) 61. Antônio foi contratado, mediante concurso público e sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para trabalhar em uma empresa pública estadual. Nessa situação, considerando a existência de litígio a respeito de verbas rescisórias a serem pagas a Antônio, será competente para julgar a demanda a

- A justiça comum.
- B justiça federal.
- C justiça do trabalho.
- D justiça eleitoral.

27) 62. João, médico residente, ingressou com ação na justiça do trabalho pleiteando o reconhecimento da relação de emprego com um hospital público municipal. Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Assiste razão a João, uma vez que o período de residência médica deve ser considerado relação de emprego, já que presentes os elementos caracterizadores do vínculo, ou seja, pagamento de salário, subordinação e permanência.
- B A residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação, regida sob os ditames do Decreto n.º 80.281/1977, caracterizada por treinamento em serviço, em regime de dedicação exclusiva. Logo, não pode ser caracterizada como relação de emprego.
- C Caberá ao juiz, ao analisar a demanda, definir se houve ou não uma relação de emprego.
- D Durante o período de residência médica, não existe nenhum vínculo entre o médico e o hospital, já que apenas assiste aulas no hospital, mas não exerce atividade laborativa.

28) 63. Ana foi contratada na condição de empregada doméstica por membro de representação de um Estado estrangeiro. Sua carteira de trabalho e previdência social foi assinada pela pessoa física do membro da representação do referido Estado. Considerando essa situação hipotética e considerando, ainda, que haja litígio trabalhista entre Ana e o referido membro da representação do Estado estrangeiro, assinale a opção correta.

- A A justiça do trabalho não poderá julgar a demanda, pois os Estados estrangeiros e seus membros gozam de imunidade diplomática prevista na Convenção de Viena.
- B Ana somente poderá buscar seus direitos perante corte judicial do país do membro da representação de Estado estrangeiro.
- C Ana deverá encaminhar sua reclamação ao Ministério das Relações Exteriores, que é competente para lidar com as relações diplomáticas entre o Brasil e Estados estrangeiros.
- D A justiça do trabalho poderá julgar a demanda.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

29) 64. Joaquim, empregado da empresa Delta, aderiu a greve organizada pelo sindicato de sua categoria. A empresa demitiu Joaquim por justa causa, considerando que o fato de ter aderido à greve poderia ser considerado falta grave. Considerando a situação hipotética acima e a súmula 316 do STF, assinale a opção correta.

- A A simples adesão à greve não pode ser considerada falta grave.
- B A adesão à greve justifica um motivo de suspensão do empregado, mas não motivo imediato para a aplicação da justa causa.
- C A atitude de aderir à greve e de não comparecer ao trabalho é incompatível com o abandono de emprego.
- D Joaquim praticou ato de insubordinação ao aderir à greve, mas a justificativa para demissão deveria ser a incontinência de conduta ou o mau procedimento.

30) 65. Manoel é empregado de uma empresa individual. Em decorrência da morte do empregador da mencionada empresa, Manoel ingressou com uma reclamação trabalhista objetivando a rescisão do seu contrato de trabalho por justa causa do empregado, fundamentando-se no art. 483 da CLT. Com referência à situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- A A morte do empregador é motivo de rescisão indireta do contrato de trabalho por justa causa do empregado.
- B A morte do empregador empresa individual é um dos casos de demissão sem justa causa para fins de verbas rescisórias.
- C A morte do empregador empresa individual constitui hipótese de motivo justificado, mas não de justa causa.
- D Não existe necessidade de Manoel ingressar com ação judicial para a rescisão contratual, pois, ocorrendo a morte do empregador, o contrato de trabalho estará automaticamente rescindido.

31) 66. No que diz respeito ao instituto do aviso prévio, julgue os itens a seguir.

- I O aviso prévio trabalhado ou indenizado computa-se, para todos os efeitos, como integração ao tempo de serviço.
- II O caráter indenizatório que se dá ao pagamento do aviso prévio não trabalhado lhe retira o caráter alimentar.
- III A cessação da atividade da empresa, com pagamento da indenização, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Todos os itens estão certos.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Prof^a. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

32) 67. Cláudio, embora tenha menos de 18 anos de idade, exerce atividade como empregado. Para isso, ele está autorizado a assinar os recibos de salários e é plenamente responsável pelas violações contratuais.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta no que diz respeito a eventual depoimento pessoal de Cláudio em audiência no juízo trabalhista.

A Uma vez que Cláudio é o próprio prestador dos serviços, está autorizado a assinar os recibos de salários e é plenamente responsável pelas violações contratuais, então pode ser considerado como se maior de idade fosse em depoimentos judiciais.

B Quanto aos efeitos jurídicos de seu depoimento, Cláudio não pode ser equiparado ao maior de idade, exigindo-se a presença de um assistente.

C Caberá ao juiz analisar a necessidade ou não da presença de um assistente no depoimento de Cláudio na justiça do trabalho.

D A presença de assistente é cabível somente nos casos de contratos de aprendizes.

33) 68. Sob a sistemática da justiça do trabalho, no inquérito judicial contra empregado estável, o número máximo de testemunhas que cada parte poderá arrolar é igual a

A 2

B 3

C 5

D 6.

34) 69. Considerando que a Lei n.º 10.035/2000 autorizou o INSS a recorrer dos acordos que contenham parcelas indenizatórias, assinale a opção correta.

A Apesar da possibilidade de recurso do INSS, o acordo homologado pelo juiz torna-se definitivo e põe fim ao processo.

B Caberá ao juiz, nessas situações, avaliar a pertinência ou não da intimação do INSS.

C O INSS deverá ser intimado das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.

D Não existe necessidade de intimação do INSS, pois a Lei n.º 10.035/2000 apenas previu possibilidade de recurso por parte do INSS, mas não a obrigatoriedade de recorrer.

35) 70. No que diz respeito ao instituto da reconvenção, assinale a opção correta.

A O instituto da reconvenção é de direito material e não processual.

B A reconvenção, apesar de não estar prevista expressamente na CLT, também é cabível no processo trabalhista.

C Caberá ao juiz trabalhista, ao analisar uma questão, decidir sobre o cabimento ou não da reconvenção.

D Não existe na jurisprudência ou na doutrina nenhum posicionamento ou previsão a respeito do cabimento da reconvenção em ação declaratória.

36) 71. Quanto a citação ou notificação postal na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

A A citação ou notificação postal presume-se realizada quando tenha sido entregue, na empresa, a empregado da reclamada, a zelador de prédio comercial ou tenha sido depositada em caixa postal da empresa, incumbindo à parte provar o não recebimento.
B A citação ou notificação postal apenas poderá ser considerada válida quando for recebida pessoalmente pelo proprietário da reclamada, preposto legalmente constituído, ou pela própria pessoa do reclamado, em caso de pessoa física.
C A citação na justiça do trabalho apenas poderá ser realizada por oficial de justiça.
D Não se admite, em nenhuma hipótese, citação ou notificação por via postal, já que agências de correios não são órgãos vinculados à justiça do trabalho.

37) 72. Na justiça do trabalho, a parte ré (reclamada) pode ser representada por preposto em audiência. A respeito do preposto, assinale a opção correta.

A Pode figurar como preposto prestador de serviço que tenha conhecimento dos fatos discutidos na ação.
B Nas ações contra condomínio, pode figurar como preposto qualquer condômino, não havendo a necessidade de comparecimento do síndico ou administrador.
C A representação da pessoa jurídica por preposto em audiência exige que seja sócio, diretor ou empregado da reclamada.
D A carta de preposição é o documento hábil para a prova do mandato outorgado. A sua ausência sempre deverá atrair a aplicação da revelia.

38) 73. A respeito do procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes.

I O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
II As demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica ou fundacional também podem se submeter ao procedimento sumaríssimo, se o valor pleiteado não exceder a quarenta vezes o salário mínimo.
III Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.
IV As partes poderão arrolar até no máximo três testemunhas cada, que comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Estão certos apenas os itens

A I e II.
B I e III.
C II e IV.
D III e IV.

39) 74. No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

A O prazo para a interposição do recurso, em razão de sua natureza extraordinária, é de 15 dias.
B Nas razões do recurso de revista, é vedada a discussão a respeito de afronta direta e literal à Constituição Federal, já que tal matéria cabe apenas a análise do STF.
C Não cabe recurso de revista para discutir interpretação de cláusula de contrato de trabalho.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D Em sede de recurso de revista, não é cabível nenhum tipo de depósito recursal.

40) 75. Nas localidades não abrangidas por jurisdição de vara do trabalho, as demandas trabalhistas serão julgadas pelo juiz de direito. Recurso interposto contra decisão de juiz de direito em matéria trabalhista deve ser julgado pelo

A tribunal de justiça do estado.

B tribunal regional federal da região a que estiver submetida a jurisdição do estado.

C STJ.

D respectivo tribunal regional do trabalho.

OAB/Nacional – Exame de Ordem – 2007.2 - Aplicação Agosto 2007
Banca Cespe/Unb

41) 61. Na justiça do trabalho, os beneficiários da justiça gratuita são isentos do pagamento de custas. Entre os isentos do pagamento de custas, incluem-se as

A empresas públicas.

B fundações públicas estaduais que não explorem atividade econômica.

C sociedades de economia mista.

D empresas privadas.

42) 62. Antônio firmou contrato de trabalho com a empresa Céu Azul no município A, sede da empresa, foi designado para trabalhar no município B e reside no município C. Os municípios A, B e C possuem varas do trabalho.

Na situação hipotética apresentada acima, caso necessite ingressar com reclamação trabalhista contra a empresa Céu Azul, Antônio deve protocolar sua inicial

A no município A apenas, sede da empresa, e local onde foi pactuado o contrato de trabalho.

B no município B apenas, local onde Antônio presta serviços à empresa.

C no município C apenas, local da residência de Antônio.

D em qualquer dos municípios citados.

43) 63. A empresa Rio Corrente Ltda. funcionava em um único estabelecimento e empregava 15 funcionários. No mês de setembro, uma forte chuva de granizo destruiu por completo o estabelecimento onde funcionava a empresa, de forma que os prejuízos econômicos sofridos tornaram inviável a sua continuidade. Nos quadros da empresa, não havia nenhum empregado que gozasse de estabilidade.

Nessa situação hipotética, a empresa deve rescindir os contratos de trabalho de seus empregados

A sem justa causa, e pagar todas as verbas devidas previstas nos casos de rescisão sem justa causa.

B com justa causa, com fundamento no motivo de força maior.

C com fundamento no motivo de força maior, e pagar indenização equivalente à metade da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D com justa causa, mas pagar as verbas devidas como se a rescisão tivesse ocorrido sem justa causa.

44) 64. João, funcionário da empresa Alfa, foi aposentado por invalidez em setembro de 2005. Diante da aposentadoria de João, a empresa Alfa contratou Francisco para substituí-lo, deixando clara para Francisco a situação interina de seu emprego, já que, se João fosse declarado apto a retornar ao trabalho, seria reintegrado em sua função. João recuperou sua capacidade de trabalho em outubro de 2006, tendo sua aposentadoria cancelada.

Nessa situação, em relação a Francisco, a empresa Alfa

A deve rescindir o contrato de trabalho, efetuando o pagamento da indenização devida pelo rompimento do contrato de trabalho.

B poderá rescindir o contrato de trabalho com justa causa, uma vez que João assumirá novamente o cargo.

C deverá manter necessariamente o contrato de trabalho de Francisco, remanejando-o para outra função, já que João reassumirá sua função originária.

D poderá rescindir o contrato de trabalho de Francisco, sem indenização, uma vez que o cientificou previamente da situação de interinidade do seu contrato de trabalho.

45) 65. A respeito de contrato de trabalho, assinale a opção correta.

A O contrato de experiência não poderá exceder o prazo de 90 dias.

B O contrato de trabalho por prazo determinado poderá ser estipulado por prazo superior a 2 anos, desde que exista interesse das partes.

C A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa deverá, necessariamente, alterar os contratos de trabalho de seus empregados.

D A justiça do trabalho não reconhece, em nenhuma hipótese, o contrato de trabalho verbal.

46) 66. Renato foi contratado pela empresa Casa Azul em outubro de 2005 para exercer suas funções no município A. O contrato de trabalho de Renato previa, expressamente, a possibilidade de transferência em decorrência da necessidade do serviço. No mês de janeiro de 2007, a empresa transferiu Renato para o município B, sob o argumento da necessidade do serviço, porém sem a comprovação da citada necessidade do serviço.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

A A transferência de Renato seguiu os parâmetros previstos na CLT, não existindo nenhuma irregularidade.

B Renato sabia desde o início do pacto laboral que poderia ser transferido a qualquer tempo, já que o seu contrato previa tal possibilidade em caso de necessidade do serviço. Logo, a transferência ocorreu de forma correta.

C Apesar de existir previsão de transferência no contrato de trabalho de Renato, a empresa deve comprovar a necessidade do serviço, pois, se não o fizer, a transferência presume-se abusiva.

D A transferência não pode se concretizar, já que a legislação atual veda qualquer tipo de transferência de empregados, sendo garantida a inamovibilidade.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

47) 67. Márcio ingressou com reclamação trabalhista contra a empresa Asa Branca, pleiteando o recebimento do adicional de insalubridade durante todo o período do pacto laboral, sob o argumento de que trabalhava em local insalubre. A empresa argumentou que não era devido o adicional de insalubridade, já que Márcio não trabalhava em caráter permanente em local insalubre, e, sendo assim, expunha-se a situação insalubre apenas de forma intermitente.

Diante da situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

A O adicional de insalubridade deve ser pago aos empregados que trabalham em caráter permanente em ambientes ou locais insalubres. Sendo assim, Márcio não adquiriu o direito de recebê-lo.

B A intermitência do trabalho em local insalubre afasta o direito do empregado de receber o adicional, pois não há exposição contínua à insalubridade. Logo, é correta a tese sustentada pela empresa.

C Márcio tem o direito de receber o adicional de insalubridade, já que esse é um direito de todo trabalhador que exerça qualquer tipo de atividade, ainda que por tempo ínfimo, em local insalubre.

D A simples alegação da intermitência do trabalho em local insalubre não afasta, por si só, o direito do empregado de receber o adicional.

48) 68. Hugo, bancário, moveu reclamação trabalhista contra o Banco Santo André S.A., formulando pedido de pagamento de jornada extraordinária que ele alega ter trabalhado e não recebido. Uma vez que as horas extras eram habituais, Hugo formulou pedido de integração das horas extras habituais ao salário. Também em decorrência da habitualidade das horas extras, Hugo pediu a integração das horas extras para efeito de cálculo dos repousos semanais remunerados, argumentando que, no caso de bancário, os repousos semanais incluem os sábados e os domingos.

A propósito da situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

A As horas extras trabalhadas devem ser pagas a Hugo, mas não há que se falar em integração ao salário, já que não existe previsão legal para tal pedido.

B O sábado do bancário é considerado dia útil, e não como repouso semanal remunerado. Logo, não há que se falar em repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração.

C Uma vez que os bancos não funcionam nos dias de sábado e domingo, tais dias podem ser considerados como repouso semanal remunerado. Sendo assim, é devida a repercussão dos valores pagos a título de horas extras na remuneração dos sábados e domingos.

D O pedido formulado por Hugo poderá ser procedente se existir, em convenção coletiva, previsão da integração das horas extras ao salário.

49) 69. Pedro e a empresa Mar Grande pactuaram acordo para resolução de reclamação trabalhista. Formalizaram o acordo por escrito, e encaminharam petição ao juiz, com cópia do acordo em anexo, formulando pedido de homologação. O juiz, contudo, não homologou o acordo. Pedro, então, impetrou mandado de segurança contra o juiz, pleiteando a homologação do acordo via concessão de segurança.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A O desembargador designado relator deve conceder a segurança, pois caberia ao juiz a homologação do acordo, uma vez que a vontade das partes deve prevalecer.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

- B O desembargador designado relator não deve sequer conhecer as razões do mandado de segurança, já que o juiz de 1.º grau não seria autoridade coatora, sendo, portanto, parte ilegítima.
C A homologação do acordo constitui uma faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
D Não é cabível mandado de segurança na justiça do trabalho.

50) 70. A respeito das condições de validade do mandato e do substabelecimento, julgue os itens a seguir.

- I O instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda não pode ser considerado válido.
II São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.
III Configura-se irregularidade de representação no caso de o substabelecimento ser anterior à outorga passada ao substabelecido.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
B 1.
C 2.
D 3.

51) 71. Tito, empregado da empresa Pégasus Ltda., fumava no interior do escritório da empresa, desrespeitando ordem geral emanada da direção que proibia os empregados de fumarem nesse espaço.
Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A atitude praticada por Tito constitui motivo para a despedida por justa causa, consistente em ato de indisciplina, já que descumpria ordens gerais do empregador dirigidas pessoalmente ao quadro de empregados.
B Apesar de descumprir a ordem da direção de não fumar no interior do escritório, não cabe a aplicação da justa causa a Tito, já que a atitude praticada por ele constitui um estado de necessidade inerente ao vício de fumar, e não um ato de indisciplina.
C A empresa jamais poderia emitir norma de proibição de fumar no interior do escritório, pois estaria utilizando do seu poder econômico para tolher a liberdade individual dos seus empregados.
D A atitude praticada por Tito constitui motivo para a despedida por justa causa, consistente na desídia, ou seja, a falta culposa, já que agia com negligência em relação à proibição emanada da direção da empresa.

52) 72. José — tabagista que consome um maço de cigarros por dia — é empregado de uma indústria de cigarros. Recebe por mês um salário de R\$ 1.000,00 e uma quantidade de cigarros equivalente a um maço por dia de trabalho.
Acerca da situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta.

- A Os cigarros fornecidos pela empresa a José constituem salário, já que são uma prestação habitual fornecida pela empresa.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Prof^a. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

B Salário corresponde apenas ao valor em dinheiro pago pela empresa aos seus empregados, portanto, os cigarros fornecidos pela empresa a José não podem constituir salário.

C Os cigarros fornecidos pela empresa a José integram o seu salário, já que a atitude da empresa atenua o seu gasto mensal, uma vez que José teria de comprar diariamente um maço de cigarros para suprir a sua necessidade de fumar.

D Os cigarros fornecidos pela empresa a José não podem ser considerados como salário in natura.

53) 73. Severino, advogado da empresa Solar Ltda., interpôs agravo de instrumento contra decisão do presidente de tribunal regional do trabalho (TRT), que negou seguimento a recurso de revista. O prazo para a interposição do agravo de instrumento é de 8 dias. A decisão que negou seguimento a referido recurso foi publicada no Diário da Justiça em uma sexta-feira, 13/7/2007. Como o dia 23/7/2007 foi feriado local, Severino protocolou o recurso no dia 24/7/2007, sem, contudo, juntar cópia aos autos da prova do feriado local, para atestar que o TRT não teve expediente no citado dia.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Cabe ao TRT providenciar a juntada aos autos da respectiva certidão comprovando a existência de feriado local, com o não funcionamento do foro no respectivo dia.

B Não existe necessidade de prova do feriado, nem de certidão emitida pelo TRT, já que o feriado local é constituído por lei estadual, publicada no respectivo Diário Oficial.

C A parte deve comprovar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local ou de dia útil em que não haja expediente forense para justificar a prorrogação do prazo recursal.

D Caberia ao relator do processo no Tribunal Superior do Trabalho solicitar ao TRT a comprovação do feriado local.

54) 74. Amarildo, policial militar, trabalhava para a empresa Boliche e Cia. como agente de segurança, nos horários em que não estava a serviço da corporação militar. Na referida empresa, Amarildo cumpria expressamente as ordens emanadas da direção, recebia um salário mensal, e trabalhava de forma contínua e ininterrupta, todas as vezes que não estava escalado na corporação.

Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta.

A Não existe vínculo empregatício entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., já que o trabalho prestado por Amarildo para essa empresa constitui trabalho eventual autônomo.

B A justiça do trabalho não pode reconhecer nenhuma espécie de vínculo empregatício entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., já que Amarildo é policial militar.

C Existe vínculo empregatício entre a empresa Boliche e Cia. e Amarildo, porém esse vínculo jamais poderá ser reconhecido, em razão da situação de militar de Amarildo.

D É legítimo o reconhecimento da relação de trabalho entre Amarildo e a empresa Boliche e Cia., independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no estatuto do policial militar.

55) 75. O recurso de revista possui a característica de ser uma espécie de recurso extraordinário. Sendo assim, o prazo para a interposição do citado recurso é de

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

- A 5 dias.
- B 8 dias.
- C 10 dias.
- D 15 dias.

OAB/RJ – 33º Exame de Ordem – 2007.2 - Aplicação Setembro 2007
Banca Cespe/Unb

56) 50. Em relação aos delegados sindicais eleitos pelos empregados, assinale a opção correta.

- A Usufruem de garantia no emprego que tenha sido instituída em norma coletiva.
- B Representam os empregados nas empresas conforme art. 11 da Constituição Federal, podendo firmar acordos coletivos de trabalho.
- C Integram as comissões de conciliação prévia, embora não possuam estabilidade.
- D Sua eleição é proibida, porque não há norma jurídica vigente prevendo sua instituição.

57) 51. A rescisão indireta do contrato de trabalho ocorre quando

- A o empregado comete uma das faltas capituladas nas alíneas do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- B a empresa encerra suas atividades por motivo de força maior.
- C o empregado pede demissão.
- D o empregado considera o contrato rescindido por culpa do empregador, em alguma das hipóteses previstas no art. 483 da CLT.

58) 52. Assinale a opção correta com relação à responsabilidade civil do empregador decorrente de acidente de trabalho.

- A A competência para processar e julgar o litígio é da justiça estadual, tendo em vista a natureza civil dos direitos envolvidos.
- B Não há hipótese de o empregador ser responsabilizado se houver culpa concorrente do empregado.
- C O empregado não terá direito a receber qualquer indenização do empregador, já que esta responsabilidade cabe à previdência social.
- D Parte da doutrina trabalhista vem acolhendo a tese da responsabilidade objetiva diante do risco assumido pelo empregador.

59) 53. Sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), assinale a opção correta.

- A O empregado poderá fazer jus ao saque das quantias depositadas se for acometido de neoplasia maligna.
- B Ao trabalhador optante pelo FGTS, após a promulgação da Constituição Federal da República de 1988, ficou garantida a estabilidade decenal.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C A titularidade da conta vinculada é do empregado, todavia, este poderá movimentá-la apenas com a anuência do empregador e nas hipóteses previstas em lei.
D O empregador não tem a obrigação de proceder aos depósitos no FGTS dos empregados nas hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.

60) 54. Assinale a opção incorreta.

A O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
B Os titulares da comissão interna de prevenção de acidentes de trabalho, bem como todos e quaisquer suplentes que a integrem, não poderão sofrer despedida arbitrária.
C O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando correr perigo manifesto de mal considerável.
D No que tange à estabilidade prevista na CLT, o empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções para a apuração do fato, sendo certo que a despedida só se tornará efetiva após inquérito em que se verifique a procedência da acusação.

61) 55. O mercado de trabalho privilegia a mão-de-obra qualificada. Atenta a essa realidade, a legislação trabalhista faz incidir sobre o contrato de estágio e sobre o contrato de aprendizagem regras específicas. A respeito dessas regras, assinale a opção incorreta.

A Tanto o contrato de estágio quanto o contrato de aprendizagem podem atrair a legislação-padrão celetista aplicável ao contrato individual de trabalho (art. 442, CLT), se não satisfeitos os requisitos formais e materiais previstos em lei.
B O contrato de aprendizagem gera vínculo de emprego, enquanto o contrato de estágio não gera vínculo de emprego.
C O caráter híbrido do contrato de aprendizagem, ao mesmo tempo prestação de serviço e aprendizado metódico de ofício, exige o recolhimento de FGTS, em iguais condições com o empregado típico.
D Ajudas de custo ou outras espécies de retribuição proporcionadas ao estagiário pela empresa tomadora não possuem natureza salarial.

62) 56. *A Consolidação tem uma disciplina muito típica da prova testemunhal, que amplia suas potencialidades de utilização, em correspondência com a maior necessidade de contar com ela nos dissídios do trabalho.*

José Augusto Rodrigues Pinto. Processo trabalhista de conhecimento, 5ª ed. São Paulo: LTr, 2000, p. 397.

Em rito ordinário de dissídio individual trabalhista, no que tange à prova testemunhal, assinale a opção correta.

A O juiz pode ouvir em audiência apenas três testemunhas por parte, salvo na hipótese de litisconsórcio, em que cada litisconsorte poderá indicar três testemunhas.
B As testemunhas devem comparecer à audiência independentemente de notificação ou intimação, mas só serão ouvidas se comprovado o convite pela parte que requerem seu depoimento.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C As testemunhas que, convidadas pela parte, não comparecerem, ficam sujeitas à imediata condução coercitiva, além das penalidades do art. 730 da CLT, caso, sem motivo justificado, não atendam ao convite.

D É ônus da parte conduzir a testemunha que pretende ouvir à audiência trabalhista, sem prejuízo de poder requerer sua intimação judicial, caso não compareça. Exclui-se dessa regra a testemunha que seja servidor público ou militar, quando tiver que depor em hora de serviço, pois, nesse caso, o juiz requisitará sua presença ao chefe de sua repartição ou ao comando do corpo em que servir.

63) 57. Segundo a CLT, no que se refere ao rito processual sumaríssimo trabalhista,

A a produção de provas é realizada em audiência, ainda que não haja requerimento prévio.

B não há possibilidade de produção de prova pericial.

C não há intimação de testemunhas, que devem ser comprovadamente convidadas pelas partes.

D a citação por edital fica limitada à hipótese de insucesso de tentativa de citação por meio de oficial de justiça por duas vezes no espaço temporal de 48 horas.

64) 58. Assinale a opção que apresenta o recurso cabível da decisão proferida pelo juiz de primeira instância que denega seguimento ao recurso ordinário e o prazo de interposição desse recurso.

A agravo de petição — 8 dias

B recurso de revista — 8 dias

C agravo de petição — 5 dias

D agravo de instrumento — 8 dias

65) 59. Em relação ao ônus da prova da jornada extraordinária, no caso de empregador com mais de 10 empregados, o entendimento jurisprudencial predominante, inclusive sumulado pelo TST (Súmula 338), é no sentido de que o ônus da prova será

A sempre do empregado, se negado o fato pelo empregador, já que se trata de fato constitutivo do seu direito, a teor dos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC.

B do empregador, se negar o fato, já que possui o ônus de juntar aos autos os controles de frequência do empregado, sob pena de presunção relativa de veracidade da jornada alegada na inicial.

C do empregador, se negar o fato, já que possui o ônus de juntar aos autos os controles de frequência do empregado, sob pena de presunção absoluta de veracidade da jornada alegada na inicial.

D sempre do empregado, ainda que o empregador não junte aos autos os controles de frequência, já que possui melhores condições de demonstrar a veracidade da jornada por ele praticada, a qual poderá ser dar inclusive por prova testemunhal.

66) 60. Caso um juiz do trabalho julgue improcedentes os embargos à execução da empresa em um processo trabalhista,

A será cabível recurso ordinário, interposto no prazo de oito dias.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

B será cabível agravo de petição, interposto no prazo de oito dias.

C será cabível mandado de segurança, pois se aplica analogicamente o procedimento dos juizados especiais cíveis.

D não há recurso cabível de imediato, pois as decisões interlocutórias são irrecorríveis no processo do trabalho.

OAB/Nacional – Exame da Ordem – 2007.3 - Aplicação Janeiro 2008
Banca Cespe/Unb

67) 61. Um conflito de competência existente entre um juiz do trabalho e um juiz federal deve ser julgado

A pelo STF.

B pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

C por um tribunal regional federal.

D pelo STJ.

68) 62. A contagem do prazo da estabilidade de empregada gestante tem como marco inicial a data

A da confirmação da gravidez.

B do parto.

C da comunicação ao empregador da confirmação da gravidez.

D da concepção do feto.

69) 63. José, que prestou concurso público para concorrer a uma vaga em uma empresa pública estadual, foi aprovado, tendo iniciado suas atividades em 20 de outubro de 2003. Em 20 de outubro de 2007, José foi demitido sem justa causa. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

A A demissão, sem justa causa, de José somente seria possível em caso de extinção da empresa.

B A José não é garantida a estabilidade prevista na Constituição Federal, sendo possível a sua demissão sem justa causa.

C Como se trata de empresa pública, José deveria ter sido contratado segundo as regras da Lei n.º 8.112/1990, e não poderia ter sido demitido sem justa causa.

D José não poderia ter sido demitido sem justa causa, visto que já adquirira a estabilidade prevista na Constituição Federal, por ter, à época da demissão, mais de três anos de efetivo exercício.

70) 64. Suponha-se que um empregado tenha sido demitido sem justa causa da empresa para que trabalhava e que esta não lhe tenha fornecido as guias do seguro desemprego. Nessa situação, caso o empregado tenha interesse em mover algum tipo de ação contra a empresa para obter indenização pelo não-fornecimento das guias do seguro-desemprego, ele deve ingressar com ação

A em juizado especial cível da justiça comum estadual.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Prof^a. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

- B em vara cível da justiça comum estadual.
- C na justiça do trabalho.
- D na justiça federal.

71) 65. Considerando que uma empresa que se encontre em liquidação extrajudicial apresente recurso ordinário de uma sentença de 1.º grau, mas não efetue o pagamento das custas, tampouco realize o depósito recursal, assinale a opção correta.

- A O juiz deve mandar processar o recurso da forma como se encontra, e o tribunal julgará a questão do pagamento das custas e do depósito recursal.
- B As empresas em liquidação extrajudicial equiparam-se a uma massa falida, por isso gozam do privilégio de não precisar efetuar o depósito recursal, nem recolher as custas processuais para recorrer.
- C O recurso da empresa deve ser considerado deserto, pois empresa em liquidação extrajudicial não goza do mesmo benefício concedido às massas falidas.
- D O juiz deve mandar intimar a empresa para fazer o recolhimento das custas e efetuar o depósito recursal, no prazo de 5 dias, sob pena de o recurso ser considerado deserto.

72) 66. Joel, advogado do Banco Cifrão S.A., ingressou com uma reclamação trabalhista alegando que, por exercer a advocacia no banco, é detentor de função de confiança e, conseqüentemente, possui direito a gratificação. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O advogado não tem direito à gratificação pleiteada, pois o fato de exercer a advocacia não é suficiente para qualificar a função como de confiança.
- B Por exercer a advocacia em um banco, Joel tem direito à gratificação de um terço do seu salário, já que ocupa função de confiança.
- C A função de advogado, em banco, é equiparada à de gerente, em razão da importância da sua função, e, por esse motivo, Joel deve receber gratificação.
- D O advogado não deve receber gratificação, pois, como advogado, não pode exercer cargo de confiança no banco.

73) 67. Em uma audiência inaugural, compareceu o advogado da reclamada, o qual estava munido do instrumento de procuração e da defesa. O preposto não compareceu. O juiz, então, aplicou a revelia, argumentando que o representante legal da empresa não estava presente.

Diante do problema apresentado na situação hipotética acima,

- A caberia ao juiz conceder a palavra ao advogado do reclamante, pois, em caso de concordância deste, o juiz poderia receber a contestação apresentada pelo advogado da reclamada, mesmo sem a presença do preposto.
- B está correto o posicionamento do juiz, uma vez que a presença do preposto ou representante legal da reclamada é obrigatória na audiência, não sendo suficiente a presença do advogado para apresentar contestação.
- C o juiz deveria ter suspenso a audiência e determinado a intimação da reclamada para tal ato em nova data por ele designada.
- D o juiz deveria ter recebido a defesa trazida pelo advogado e afastado a revelia.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

74) 68. Alfredo, advogado da empresa Casa Nova, apresentou recurso de revista contra acórdão do tribunal regional do trabalho (TRT) que teria sido desfavorável à empresa. Nos fundamentos do recurso, Alfredo argumentou que o depoimento da única testemunha apresentada pelo reclamante não havia comprovado o direito alegado na inicial e que, portanto, a sentença de 1.º grau, confirmada no TRT, deveria ser reformada.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

A Como a sentença de 1.º grau foi confirmada pelo TRT, não seria cabível a interposição de qualquer recurso para o TST.

B O recurso de revista deve ser conhecido e provido pelo TST, já que a prova apresentada pelo reclamante no processo não foi suficiente para comprovar o seu direito.

C O advogado da empresa deveria ter interposto, juntamente com o recurso de revista, o recurso extraordinário para o STF.

D Não é cabível a interposição de recurso de revista para reexame de fatos e provas.

75) 69. Joaquim foi aposentado por invalidez no dia 3 de agosto de 2001 e, no dia 30 de outubro de 2007, o INSS cancelou a aposentadoria por considerar que, tendo cessado o motivo da invalidez, Joaquim estaria, a partir daquela data, apto novamente a exercer normalmente suas funções.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

A A aposentadoria por invalidez é definitiva, portanto não poderia ser cancelada em nenhuma situação.

B Joaquim teria o direito de retornar ao emprego.

C O INSS não poderia ter cancelado a aposentadoria por invalidez após o transcurso de cinco anos.

D O cancelamento da aposentadoria por invalidez não garantiria o retorno de Joaquim ao emprego.

76) 70. A partir do mês de agosto de 2007, a empresa Pedra Branca Ltda., onde trabalha Alberto, deixou de pagar os salários dos empregados, alegando sérias dificuldades financeiras, mas sempre sustentando que viabilizaria novos contratos para resolver a crise. Durante 4 meses seguidos, Alberto trabalhou sem receber os salários. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

A Não existe qualquer tipo de irregularidade praticada pela empresa, que pode atrasar, por até 6 meses, o pagamento de salários, sem que essa atitude justifique rescisão do contrato por parte do empregado.

B Alberto pode pleitear na justiça do trabalho a rescisão indireta do seu contrato de trabalho, por descumprimento das cláusulas contratuais por parte do empregador.

C Alberto pode deixar de trabalhar, por iniciativa própria, até que a empresa regularize o pagamento dos salários.

D Dificuldade financeira grave é motivo justificante para a empresa atrasar temporariamente o salário dos empregados.

77) 71. Jurandir, empregado da Empresa Alfa Ltda., em um domingo, quando gozava seu descanso semanal remunerado, discutiu com Pedro em um bar, agredindo-o

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB

Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares

(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

fisicamente. No processo criminal movido por Pedro, por lesões corporais leves, Jurandir se beneficiou da suspensão condicional do processo, mediante o pagamento de cestas básicas a uma instituição de caridade, além da restrição de não poder se ausentar da cidade enquanto perdurasse o período de suspensão. Ao tomar conhecimento do processo criminal, André, proprietário da Empresa Alfa, demitiu Jurandir por justa causa.

Com relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

A A demissão por justa causa foi bem aplicada, haja vista o mau procedimento de Jurandir.

B A suspensão condicional do processo, por ser uma espécie de condenação criminal, é motivo suficiente para a demissão por justa causa aplicada a Jurandir.

C O processo criminal não é motivo para demissão por justa causa, salvo nos casos de condenação imposta que torne impossível a continuidade do trabalho.

D A conduta praticada por Jurandir é ofensiva à boa fama da empresa, o que ensejaria uma demanda por danos morais, mas não justificaria demissão por justa causa.

78) 72. Assinale a opção correta, considerando que, em determinado processo, tenha sido sugerido haver conflito de competência funcional entre o TRT e uma vara do trabalho a ele vinculada.

A O STF deverá julgar o conflito.

B Não se configura conflito de competência entre TRT e vara do trabalho a ele vinculada.

C O TRT deverá julgar o conflito.

D O TST deverá julgar o conflito.

79) 73. A Empresa Caixa Grande Ltda. contratou Augusto, advogado, para interpor recurso de revista em um processo trabalhista. Augusto, que não possuía procuração nos autos, interpôs o recurso, pleiteando prazo para a juntada posterior do instrumento de procuração.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A A procuração pode ser juntada a qualquer tempo no processo.

B O desembargador-presidente do TRT deve abrir vista para que o advogado junte a procuração, antes de processar o recurso para o TST.

C É inadmissível, em instância de recurso, o protesto para juntada posterior de procuração.

D O ministro-relator, no TST, deve determinar a juntada da procuração, antes de proceder à análise do recurso.

80) 74. Alfredo, empregado da Empresa Mala Direta S.A., ao perceber que a empresa não havia providenciado o seu cadastro no PIS, procurou a diretoria da empresa para sanar a omissão, obtendo como resposta que a empresa não tomaria qualquer providência a esse respeito.

Nessa situação, caso Alfredo venha a demandar contra a empresa, objetivando o cadastramento no PIS, ele deve mover a ação perante

A a justiça do trabalho.

B a justiça federal.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C a justiça comum estadual.
D o STJ.

81) 75. Contra as decisões dos juízes do trabalho, nas execuções, cabe(m)

- A embargos do devedor.
- B recurso ordinário.
- C apelação.
- D agravo de petição.

OAB/SP – 134º Exame de Ordem – Aplicação Janeiro 2008
Banca Cespe/Unb

82) 71. Nos dissídios de alçada exclusiva da vara do trabalho, apenas cabe recurso no caso de a questão decidida

- A limitar-se a matéria de fato.
- B versar sobre legislação ordinária federal.
- C versar sobre matéria constitucional.
- D versar sobre interpretação de cláusula de convenção coletiva.

83) 72. Com referência à Carteira de Trabalho e Previdência Social, assinale a opção correta.

- A Tal documento é desnecessário para os trabalhadores em domicílio, mesmo que a relação jurídica implique vínculo de emprego.
- B Tal documento é desnecessário para o trabalhador rural, mesmo que a relação jurídica implique vínculo de emprego.
- C Esse documento é desnecessário para os trabalhadores domésticos, mesmo que a relação jurídica implique vínculo de emprego.
- D Nas localidades onde tal documento não seja emitido, o empregado que não o possua poderá ser admitido até o limite de 30 dias, ficando a empresa, em tal período, obrigada a permitir o comparecimento do trabalhador ao posto de emissão mais próximo.

84) 73. O contrato de trabalho por prazo determinado, em nenhuma hipótese, poderá ser estipulado por prazo superior a

- A 120 dias.
- B 180 dias.
- C 2 anos.
- D 3 anos.

85) 74. Para os trabalhadores maiores de 18 anos, considerando-se contrato de trabalho que perdurar por mais de 3 anos, a prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

A contada do término do prazo do período concessivo, ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

B contada do término do prazo do período aquisitivo.

C contada a partir da data em que o trabalhador completar 19 anos.

D inexistente, visto que tal direito é imprescritível.

86) 75. Assinale a opção correta quanto à composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

A O presidente da CIPA será, sempre, o empregado que obtiver maior número de votos, e o vice-presidente, o segundo candidato mais votado.

B O empregador designará, anualmente, entre os seus representantes, o presidente da CIPA, e os empregados elegerão, entre eles, o vice-presidente da comissão.

C O presidente da CIPA será, sempre, o empregado que obtiver maior número de votos, e o vice-presidente, eleito por votação indireta entre os membros da comissão.

D Tanto o presidente quanto o vice-presidente serão livremente designados pelo empregador, sendo os demais cargos preenchidos por votação indireta entre os membros eleitos da CIPA.

87) 76. Assinale a opção correta quanto à dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregada doméstica gestante.

A É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

B É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 90 dias após o parto.

C É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 120 dias após o parto.

D Inexiste, no ordenamento jurídico brasileiro, qualquer vedação para a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante.

88) 77. O contrato de aprendizagem deve ser celebrado com indivíduo

A maior de 14 anos e menor de 24 anos, exceto com relação aos portadores de deficiência, caso em que a idade máxima não se aplica.

B maior de 12 anos e menor de 16 anos.

C maior de 12 anos e menor de 18 anos.

D maior de 15 anos de idade, sem limite máximo de idade, desde que comprovado que o trabalhador esteja recebendo treinamento em ofício ou profissão.

89) 78. Assinale a opção correta no que diz respeito a recurso de revista na justiça do trabalho.

A Das decisões proferidas pelos tribunais regionais ou por suas turmas, na fase executória, em nenhuma hipótese cabe recurso de revista.

B Das decisões proferidas pelos tribunais regionais ou por suas turmas, na fase executória, não cabe recurso de revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C Das decisões proferidas pelo juízo de primeiro grau na fase executória, não cabe recurso de revista, salvo na hipótese de dúvida de interpretação de lei federal.

D Das decisões proferidas pelo juízo de primeiro grau na fase executória, não cabe recurso de revista, salvo na hipótese de violação de súmula do próprio tribunal regional a cuja jurisdição esteja ele subordinado.

90) 79. Assinale a opção correta em relação ao direito processual.

A Ainda que a competência em razão da matéria seja trabalhista, em se tratando de “relação de emprego” em que se discutam danos morais imputados ao empregador em prejuízo do empregado, as normas processuais que devem ser aplicadas são exclusivamente as do direito processual civil.

B Em nenhuma hipótese deve-se aplicar norma do direito processual civil em ações trabalhistas.

C Mesmo que a competência em razão da matéria seja trabalhista, em se tratando de mera “relação de trabalho” e não de “relação de emprego”, as normas processuais que devem ser aplicadas são as do direito processual civil.

D Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste.

91) 80. Na forma da legislação processual trabalhista, os laudos periciais dos assistentes técnicos indicados pelas partes devem ser juntados aos autos

A no prazo comum de 10 dias, após as partes serem intimadas da apresentação do laudo do perito do juízo.

B no prazo comum de 30 dias, após as partes serem intimadas da apresentação do laudo do perito do juízo.

C no prazo comum de 20 dias, após as partes serem intimadas da apresentação do laudo do perito do juízo.

D no mesmo prazo assinalado para o perito do juízo, sob pena de serem desentranhados dos autos.

OAB/Nacional – Exame da Ordem – 2008.1 - Aplicação Maio 2008
Banca Cespe/UnB

92) 68. Antônio moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Alfa Ltda. e formulou pedido de condenação solidária da Empresa Ômega Ltda. O juiz de 1.ª instância julgou procedente o pedido e estabeleceu condenação contra a Empresa Alfa Ltda. e condenação solidária da Empresa Ômega Ltda. As empresas possuíam advogados distintos, constituídos nos autos. A Empresa Ômega Ltda. interpôs recurso ordinário no 7.º dia do prazo, e a Empresa Alfa Ltda. o fez no 14.º dia, fundamentando-se no art. 191 do Código de Processo Civil (CPC), que assim dispõe: “Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhe-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.”

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com relação ao prazo para a interposição do recurso ordinário.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

A Sendo a CLT omissa, aplica-se subsidiariamente o disposto no CPC, de forma que o prazo é contado em dobro quando houver litisconsortes com procuradores distintos.

B O advogado da Empresa Alfa Ltda. não precisaria sequer invocar o CPC, pois a CLT também estabelece o prazo em dobro quando presentes litisconsortes com procuradores distintos.

C O prazo em dobro previsto no CPC é inaplicável ao processo do trabalho, visto que é incompatível com o princípio da celeridade inerente ao processo trabalhista.

D Ambos os recursos apresentados seriam intempestivos, visto que o prazo para apresentar recurso ordinário é de 5 dias.

93) 69. João, motorista da Empresa de Ônibus Expresso Ltda., trabalhava na linha que ligava dois municípios, em um mesmo estado, distantes 400 km um do outro. Findo o contrato de trabalho sem justa causa, João ingressou com reclamação trabalhista contra a empresa, pleiteando o pagamento de horas extras. A empresa juntou aos autos os relatórios diários emitidos pelo tacógrafo do ônibus, afirmando que tais relatórios comprovavam que João não laborava em jornada extraordinária. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

A O tacógrafo, sem a existência de outros elementos, não serve para controlar a jornada de trabalho do empregado que exerce jornada externa.

B O tacógrafo, por si só, é um elemento capaz de demonstrar a jornada de trabalho, já que é o espelho do tempo de duração da viagem, comprovando, assim, a jornada de trabalho.

C O tacógrafo não comprova jornada de trabalho em nenhuma hipótese, pois serve, apenas, para controlar a velocidade do ônibus.

D O tacógrafo não serve como prova, pois não existe dispositivo na CLT que assim o classifique.

94) 70. José litigava na justiça do trabalho contra uma sociedade de economia mista em processo de liquidação extrajudicial. O processo encontrava-se em fase de execução, e alguns bens da sociedade haviam sido penhorados para garantir o pagamento. Contudo, antes de findar a execução, a União sucedeu a sociedade de economia mista. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Uma vez que ocorreu a sucessão da União antes de findar a execução, os bens penhorados devem ser liberados, e os valores devidos, pagos por meio de precatórios.

B A execução continua normalmente, mantendo-se a penhora dos bens, sendo o regime de precatórios inaplicável no processo do trabalho.

C O processo deve ser anulado desde o início, pois relações de trabalho com sociedades de economia mista devem ser julgadas pela justiça federal.

D É válida a penhora de bens da sociedade de economia mista realizada anteriormente à sucessão pela União, não podendo a execução prosseguir mediante precatório.

95) 71. Francisco trabalhava na Empresa ABC Ltda., a qual, encerradas suas atividades, dispensou todos os seus empregados sem justa causa. Francisco resolveu, então, ingressar com reclamação trabalhista para obter o pagamento do adicional de insalubridade.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

A Não é possível estabelecer condenação por adicional de insalubridade, visto que, com o encerramento das atividades da empresa, a realização da perícia torna-se inviável.

B Quando não for possível a realização da perícia, por motivo de encerramento das atividades da empresa, o juiz pode utilizar-se de outros meios de prova para julgar o pedido de pagamento de adicional de insalubridade.

C Ocorrendo o encerramento das atividades da empresa, fica prejudicado o pedido de pagamento do adicional de insalubridade, pois fica descaracterizada a atividade em condições insalubres.

D Uma vez que trabalhou em condições insalubres durante todo o vínculo com a empresa, vindo a pleitear o pagamento do adicional somente após a ruptura do contrato de trabalho, caracteriza-se a renúncia tácita por parte de Francisco ao adicional.

96) 72. Manuel foi contratado como trabalhador rural por uma empresa de pequeno porte, localizada em um município de 20.000 habitantes, na zona rural, e que beneficiava e distribuía leite no âmbito municipal. Manuel dirigia o caminhão da empresa, fazendo a coleta de leite diretamente nas fazendas da região e levando o produto até a empresa. Ao ser demitido sem justa causa, Manuel ingressou com reclamação trabalhista, pleiteando o seu enquadramento funcional como motorista e, não, como trabalhador rural.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Assiste razão a Manuel, visto que, tendo dirigido o caminhão, a função ficou caracterizada como motorista.

B Assiste razão a Manuel, pois trabalhador rural é apenas aquele que exerce funções diretamente no campo.

C Não assiste razão a Manuel, pois é considerado trabalhador rural o motorista que, trabalhando no âmbito de empresa cuja atividade é preponderantemente rural, não enfrenta o trânsito de estradas e cidades.

D Não assiste razão a Manuel, visto que, desde a admissão, teve conhecimento prévio do trabalho e das condições de trabalho a que se sujeitaria.

97) 73. Não se inclui entre os exemplos de pessoa isenta do pagamento de custas na justiça do trabalho, enumerados no art. 790-A da CLT, a

A União.

B empresa pública.

C autarquia estadual.

D fundação pública estadual que não explore atividade econômica.

98) 74. Antônio moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Sol Ardente, tendo o valor total das verbas pleiteadas correspondido a R\$ 6.500,00. Na audiência de conciliação, a empresa reclamada não compareceu, e o juiz percebeu que a citação não fora realizada porque o reclamante havia fornecido o endereço da reclamada de forma incompleta.

Nessa situação, o juiz deve

A abrir prazo para que o reclamante informe o endereço correto da reclamada, determinando a designação de nova audiência.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

B aplicar a penalidade da revelia e confissão da reclamada.

C determinar o retorno do processo à secretaria da vara para tentativa de localização da reclamada.

D determinar o arquivamento da reclamação trabalhista.

99) 75. No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

A Tal recurso possui efeitos devolutivo e suspensivo em todos os casos.

B Esse recurso é cabível contra decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença, em casos de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

C Não é cabível a interposição de recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.

D O prazo para interposição do recurso de revista é de 10 dias.

100) 76. O prazo para a oposição de embargos de declaração, no processo do trabalho, é de

A 5 dias.

B 8 dias.

C 10 dias.

D 15 dias.

101) 77. Considere que Antonino, advogado da Empresa Água Limpa Ltda., tenha apresentado recurso de revista contra acórdão proferido por tribunal regional do trabalho, de forma tempestiva, e efetuado corretamente o depósito recursal, mas não tenha assinado o referido recurso. Nessa situação,

A o desembargador-presidente do tribunal regional, ao aferir a admissibilidade do recurso, deve abrir prazo para o advogado assiná-lo e sanar a irregularidade.

B o recurso deve ser encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), para que o ministro relator decida sobre a abertura de prazo para o advogado assinar o recurso ou sobre a negativa de seguimento, com fundamento na irregularidade.

C o recurso deve ser considerado como inexistente, por falta de assinatura do advogado.

D o recurso deve ser remetido ao TST, conhecido, e seu mérito analisado, visto que a falta de assinatura constitui mera irregularidade formal.

102) 78. João moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Delta Ltda., pleiteando pagamento de adicional de insalubridade. Alegou, na inicial, que tinha contato permanente com o elemento A, nocivo à saúde. Realizada a perícia, ficou constatado que João trabalhava em condições nocivas, porém em contato permanente com o elemento B e, não, como afirmado na inicial, com o elemento A.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

A A reclamação trabalhista movida por João deve ser extinta sem o julgamento do mérito, visto que o pedido se torna juridicamente impossível, em virtude de o elemento nocivo justificador do pedido não ter sido o mesmo detectado pela perícia.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

B O juiz deve abrir prazo para que João reformule o pedido e substitua o agente nocivo.

C A ação deve ser julgada improcedente, visto que a prova dos autos não se coaduna com o pedido.

D Tendo a perícia concluído que João trabalhava em condições insalubres, o fato de ele ter apontado agente insalubre diverso não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.

103) 79. Constitui direito aplicável à categoria dos empregados domésticos

A o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

B o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

C a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

D o salário-família.

104) 80. Não é cabível contrato de trabalho por prazo determinado em

A serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.

B atividades empresariais de caráter transitório.

C contrato de empreitada.

D contrato de experiência.

105) 81. José, advogado não constituído nos autos, interpôs recurso de revista, requerendo a concessão de prazo para posterior juntada do instrumento de procuração.

Tendo como referência a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

A É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração.

B Caberá ao relator designado para julgar o recurso de revista a análise do pedido de juntada posterior do instrumento de procuração.

C A juntada posterior de instrumento de procuração é cabível em qualquer fase do processo.

D Na justiça do trabalho, não existe a necessidade de procuração, já que o mandado pode ser outorgado de forma tácita.

106) 82. Álvaro foi constituído pela Empresa Caminho Certo para atuar como advogado em um processo trabalhista. Na procuração por meio da qual a empresa o constituiu como seu advogado, não estavam previstos poderes para substabelecer. Contudo, Álvaro substabeleceu a Alfredo, com reservas de poderes, e este praticou atos no processo.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Os atos praticados por Alfredo não são válidos, pois o substabelecimento concedido por Álvaro estava maculado de irregularidade.

B Os atos praticados por Alfredo somente serão considerados inválidos se a parte contrária apresentar impugnação específica, fundamentada na irregularidade do substabelecimento.

C Somente a própria Empresa Caminho Certo pode pleitear a invalidade dos atos praticados por Alfredo.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D São válidos os atos praticados por Alfredo, ainda que não estejam previstos, no mandado, poderes específicos para substabelecer.

OAB/SP – 135º Exame de Ordem – Aplicação Maio 2008
Banca Cespe/Unb

107) 71. Não dizem respeito à competência da justiça do trabalho as ações

- A de natureza penal.
- B que envolvam direito de greve.
- C decorrentes da relação do trabalho.
- D que tratem de representação sindical entre sindicatos.

108) 72. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), cabem embargos de decisões de turmas

- A contrárias à letra da lei federal.
- B divergentes da decisão proferida pelo Tribunal Pleno.
- C contrárias entre si quando a decisão recorrida estiver de acordo com súmula ou orientação jurisprudencial do TST.
- D que divergirem entre si.

109) 73. Acerca dos prazos recursais, assinale a opção incorreta.

- A É de oito dias o prazo do recurso de revista.
- B É de quinze dias o prazo do recurso ordinário.
- C É de oito dias o prazo do agravo de petição.
- D É de cinco dias o prazo dos embargos de declaração.

110) 74. No que se refere a instrução e julgamento na justiça do trabalho, assinale a opção incorreta.

- A No procedimento sumaríssimo, a instrução e o julgamento ocorrem em audiência única.
- B No procedimento sumaríssimo, o número máximo de testemunhas é de duas por parte.
- C A conciliação no processo trabalhista só é obrigatória antes da apresentação da contestação.
- D No procedimento ordinário, cada parte indica, no máximo, três testemunhas.

111) 75. Assinale a opção correta com relação à reclamação trabalhista.

- A A reclamação só pode ser apresentada de modo escrito, não sendo admitida na forma verbal.
- B O empregador pode ser substituído em audiência por preposto.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C A ausência do reclamante na audiência designada acarreta o arquivamento da reclamação, o que impede o ajuizamento de nova ação.
D É necessário que a petição inicial esteja assinada por advogado.

112) 76. Segundo o posicionamento atual da jurisprudência, os sindicatos atuam na forma de

A substituição processual no processo de conhecimento, apenas.
B representação processual com ampla legitimidade ativa *ad causam*.
C representação processual no processo de conhecimento, apenas.
D substituição processual com ampla legitimidade ativa *ad causam*.

113) 77. Segundo posicionamento atual da jurisprudência, as ações decorrentes de acidente do trabalho propostas por empregado contra empregador devem ser da competência da

A justiça federal.
B justiça do trabalho.
C justiça do trabalho, desde que participe do feito também a instituição previdenciária.
D justiça comum estadual, se ajuizadas após a Emenda Constitucional n.º 45/2004.

114) 78. Acerca da jornada de trabalho, assinale a opção correta.

A O adicional de horas extras deve ser, no máximo, 50% superior à hora normal.
B O repouso semanal de 24 horas consecutivas deverá ser obrigatoriamente aos domingos.
C Os intervalos de descanso intrajornada devem ser, em qualquer caso, de duas horas.
D Se o empregador fornecer transporte ao empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, o tempo do percurso deve ser contado como hora *in itinere*, se o local de trabalho for de difícil acesso ou se não for servido por transporte público regular.

115) 79. Quanto ao salário in natura, assinale a opção correta.

A O transporte de ida e volta para o trabalho bem como o vale-transporte têm natureza salarial.
B Compreendem-se no salário as prestações in natura que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
C É permitido o pagamento do salário por meio de alimentação, habitação, vestuário e bebidas alcoólicas.
D Devem ser considerados como salário pago os equipamentos fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho.

116) 80. Com relação ao entendimento jurisprudencial dominante sobre a aposentadoria espontânea do empregado, assinale a opção correta.

A A aposentadoria voluntária extingue o contrato de trabalho, ainda que o empregado continue a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

B A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, salvo se o empregado voltar a trabalhar em outra empresa.

C A concessão da aposentadoria voluntária ao trabalhador não extingue, instantânea e automaticamente, o vínculo de emprego, não ficando o empregador desonerado de indenizar o empregado, arbitrariamente despedido, da multa de 40% sobre depósitos de FGTS anteriores à aposentadoria.

D A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, desobrigando para sempre o empregador do pagamento da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS do período anterior à aposentadoria.

OAB/Nacional – Exame da Ordem – 2008.2 - Aplicação Setembro 2008
Banca Cespe/UnB

117) 70. A denominada aposentadoria por invalidez é, em relação ao contrato de trabalho, causa de

- A suspensão.
- B interrupção.
- C prorrogação.
- D rescisão.

118) 71. Juarez, empregado da empresa Luz e Arte Ltda., sofreu uma queda em sua residência, durante o gozo de descanso semanal remunerado. Em decorrência do acidente, fraturou o tornozelo e precisou ficar afastado do trabalho por 28 dias. Nessa situação hipotética, os primeiros 15 dias de afastamento de Juarez são considerados

- A interrupção do contrato de trabalho, devendo ser remunerados pela previdência social.
- B interrupção do contrato de trabalho, devendo ser remunerados pelo empregador.
- C suspensão do contrato de trabalho, devendo ser remunerados pelo empregador.
- D suspensão do contrato de trabalho, devendo ser remunerados pela previdência social.

119) 72. Antônio, contratado como vigilante noturno de uma instituição financeira, abandonou, em duas oportunidades distintas, sem justificativa, seu posto de trabalho, por cerca de 30 minutos, para resolver questões particulares, fato comprovado por testemunhas.

Na situação hipotética apresentada, a atitude de Antônio, para fins de despedida por justa causa, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é considerada

- A abandono de emprego.
- B ato de improbidade.
- C ato de indisciplina ou de insubordinação.
- D desídia no desempenho de suas funções.

120) 73. A direção da empresa Vale Verde Ltda. divulgou, por meio de circular interna, a proibição de fumar nos ambientes fechados da empresa, tendo sido

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

estabelecidos locais específicos para a prática do tabagismo. Jorge, empregado da empresa Vale Verde Ltda., fumante há mais de 20 anos, descumpriu tal norma, e, por diversas vezes, foi flagrado fumando nos ambientes fechados da empresa, tendo sido, nessas ocasiões, advertido pelo empregador. Considerando a situação hipotética acima e com base na legislação trabalhista, assinale a opção correta.

A A atitude de Jorge, que se caracteriza como incontinência de conduta ou mau procedimento, constitui motivo de dispensa por justa causa.

B A atitude de Jorge não se caracteriza como desobediência à determinação do empregador dado o grau de dependência em relação ao cigarro, já que ele é fumante há mais de 20 anos.

C Como a atitude de Jorge não gera prejuízo para a empresa, mas apenas desconforto para seus colegas de trabalho, ele não pode ser punido por fumar em ambientes fechados da empresa.

D O ato de fumar nos ambientes fechados da empresa constitui motivo de despedida por justa causa por ato de indisciplina, uma vez que Jorge descumpriu uma ordem geral do empregador.

121) 74. Segundo orientação do TST, na justiça do trabalho, a condenação em honorários advocatícios, necessariamente, requer

A a assistência por sindicato e o benefício da justiça gratuita, de forma concomitante.

B a assistência por sindicato, apenas.

C o benefício da justiça gratuita, apenas.

D a simples procuração do advogado juntada aos autos.

122) 75. Juca, advogado da empresa Terra e Mar Ltda., compareceu pessoalmente à Secretaria da 1.ª Turma do TRT e tomou conhecimento do teor de decisão que havia negado provimento a recurso ordinário interposto pela empresa. No mesmo dia, Juca interpôs recurso de revista para o TST, antes de ocorrer a publicação do acórdão regional.

Segundo orientação do TST, na situação hipotética apresentada, o recurso de revista interposto é considerado

A deserto.

B tempestivo.

C intempestivo.

D extemporâneo.

123) 76. Aníbal foi eleito membro do conselho fiscal do sindicato representativo de sua categoria profissional em 20 de maio de 2008. No dia 20 de agosto de 2008, Aníbal foi demitido sem justa causa da empresa onde trabalhava. Segundo orientação do TST, nessa situação hipotética, a demissão de Aníbal

A foi arbitrária, pois não houve nenhuma justificativa prévia ou inquérito capaz de provar justa causa para a demissão.

B foi regular, pois membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade provisória porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, agindo somente na fiscalização da gestão financeira do sindicato.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C foi irregular, pois Aníbal gozava de estabilidade provisória desde sua eleição ao cargo de conselheiro fiscal do sindicato.

D somente seria regular se houvesse a extinção da empresa.

124) 77. O prazo para a interposição de recurso de embargos para a Seção de Dissídios Individuais no TST é de

A 5 dias.

B 8 dias.

C 10 dias.

D 15 dias.

125) 78. Ciro trabalha como taxista para uma empresa que explora o serviço de táxi de um município, sendo o automóvel utilizado em serviço por Ciro de propriedade da mencionada empresa.

Em face da situação hipotética apresentada, de acordo com a legislação trabalhista, Ciro é considerado

A empresário.

B trabalhador avulso.

C trabalhador autônomo.

D empregado.

126) 79. Pedro foi eleito para exercer o cargo de diretor da sociedade anônima da qual já era empregado havia 12 anos. Segundo o estatuto da sociedade anônima, o mandato de diretor era de 2 anos. Segundo orientação do TST, nessa situação hipotética, durante o período em que Pedro estiver exercendo o cargo de diretor, seu contrato de trabalho ficará

A rescindido.

B interrompido.

C suspenso.

D prorrogado.

127) 80. Contra decisão definitiva proferida por TRT em mandado de segurança cabe

A agravo de instrumento para o TST, no prazo de 10 dias.

B recurso ordinário para o TST, no prazo de 8 dias.

C recurso ordinário para o TST, no prazo de 10 dias.

D agravo de instrumento para o TST, no prazo de 8 dias.

128) 81. Nos processos que correm sob o rito sumaríssimo, o recurso de revista será cabível

A nos casos em que haja flagrante injustiça.

B quando a decisão proferida pelo TRT violar disposição de lei federal.

C quando houver divergência jurisprudencial entre TRTs.

D quando houver contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta à CF.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

129) 82. Em um processo trabalhista que objetivava o pagamento de adicional de insalubridade, o juiz determinou que a parte recolhesse previamente os honorários do perito, para, após, ser realizada a perícia. Em face da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, segundo entendimento do TST.

A Despesas com honorários periciais no processo do trabalho devem ser custeadas pelo próprio tribunal e, não, pelas partes.

B A determinação do juiz está em perfeita harmonia com o disposto no Código de Processo Civil e deve ser aplicada ao processo do trabalho.

C É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio de honorários periciais, uma vez que tal exigência é incompatível com o processo do trabalho.

D Não é cabível o pagamento de honorários periciais em processos trabalhistas.

OAB/SP – 136º Exame de Ordem – Aplicação Setembro 2008
Banca Cespe/Unb

130) 71. A configuração de equiparação salarial por identidade entre dois empregados não ocorre na hipótese de

A empregado e paradigma trabalharem para empregadores distintos.

B empregado e paradigma trabalharem na mesma localidade.

C inexistência de quadro de carreira na empresa.

D a diferença de tempo de serviço entre os empregados não ser superior a dois anos.

131) 72. Desde que haja autorização prévia e por escrito do empregado, é lícito ao empregador efetuar desconto ou reter parte do salário no que se refere

A às horas em que este falta ao serviço para comparecimento necessário, como parte, à justiça do trabalho.

B aos valores relativos a planos de assistência odontológica e médico-hospitalar.

C à contribuição sindical obrigatória.

D aos salários correspondentes ao prazo do aviso prévio quando o empregado pede demissão e não paga ao empregador o respectivo aviso.

132) 73. O empregado eleito para cargo de direção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

A tem estabilidade no emprego garantida desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato.

B tem estabilidade no emprego garantida desde a eleição até um ano após o final de seu mandato.

C tem estabilidade no emprego garantida desde o início de sua atuação no cargo até o final de seu mandato.

D não conta com estabilidade no emprego, podendo ser despedido, a qualquer tempo, sem justa causa.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

133) 74. É assegurado ao empregado doméstico

- A adicional noturno.
- B recebimento de horas extras.
- C repouso semanal remunerado.
- D jornada de trabalho não superior a oito horas diárias.

134) 75. De acordo com o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, o intervalo mínimo para descanso entre uma jornada de trabalho e outra deve ser de

- A 10 horas.
- B 11 horas.
- C 12 horas.
- D 13 horas.

135) 76. Conforme a legislação trabalhista, a redução salarial é

- A vedada em qualquer hipótese.
- B permitida, desde que prevista em convenção coletiva, apenas.
- C permitida, desde que autorizada pelo empregado por escrito.
- D vedada, salvo quando determinada em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

136) 77. Assinale a opção correta com relação à rescisão do contrato de trabalho.

- A No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.
- B A rescisão que ocorra até trinta dias antes da data-base da categoria profissional não autoriza o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido.
- C As verbas rescisórias incontroversas, devidas pelas pessoas jurídicas de direito público, deverão ser pagas na data da primeira audiência designada pelo juiz, sob pena de o empregador pagá-las com multa de 50% sobre o valor original.
- D É válido, no contrato de trabalho que supere um ano de vigência, o pedido de demissão que, feito pelo empregado, não seja realizado no Ministério do Trabalho e Emprego nem tenha assistência de sindicato.

137) 78. Com relação ao trabalho da mulher, a lei permite ao empregador

- A recusar emprego em razão de situação familiar da mulher trabalhadora.
- B exigir atestado de gravidez, para fins de admissão ou permanência no emprego.
- C considerar o sexo como variável determinante para fins de ascensão profissional.
- D publicar anúncio de emprego em que haja referência a determinado sexo para o desempenho de atividade que sabidamente assim o exija.

138) 79. A oposição dos embargos de declaração

- A suspende o prazo para a interposição do recurso ordinário.
- B interrompe o prazo para a interposição do recurso ordinário.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C impede a contagem do prazo para a interposição do recurso ordinário.
D não afeta a contagem do prazo para a interposição do recurso ordinário.

139) 80. Quanto à competência, é correto afirmar que a justiça do trabalho é competente para julgar

A as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes ou não de relação de trabalho.

B os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

C as causas em que forem parte a instituição de previdência social e segurado.

D as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta.

OAB/Nacional – Exame da Ordem – 2008.3 - Aplicação Janeiro 2009
Banca Cespe/UnB

140) 68. Acerca do princípio do dispositivo no âmbito do processo do trabalho, assinale a opção correta.

A Não há possibilidade de o magistrado instaurar de ofício o processo trabalhista.

B A execução pode ser promovida por um interessado ou, de ofício, pelo julgador competente.

C Na esfera trabalhista, ante a prevalência do princípio da informalidade, as reclamações podem ser iniciadas por provocação dos interessados ou pelo magistrado.

D O dissídio coletivo pode ser suscitado de ofício pelo presidente do TRT, no caso de suspensão das atividades pelos trabalhadores e para reavaliar normas e condições coletivas de trabalho preexistentes.

141) 69. A respeito da conciliação no processo trabalhista, assinale a opção correta.

A Sob pena de nulidade, a conciliação tem de ser buscada antes do oferecimento da defesa pelo réu e antes do julgamento do feito.

B O juiz deve propiciar a conciliação tão logo dê início à audiência; caso não seja esta alcançada, deve o magistrado passar à instrução e ao julgamento sem permitir nova possibilidade para a composição das partes.

C Encerrado o juízo conciliatório, as partes não mais podem celebrar acordo ante a ocorrência da preclusão.

D A decisão que homologa o acordo é irrecorrível para qualquer das partes e, quando for o caso, para a previdência social.

142) 70. Considere que, em determinado município, uma reclamação trabalhista tramite perante vara cível, dada a inexistência, na localidade, de vara do trabalho e dada a falta de jurisdição das existentes no estado. Nessa situação, caso venha a ser instalada uma vara trabalhista nessa localidade, a ação deve

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

A continuar sendo processada e julgada junto à justiça comum em razão do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, independentemente da fase em que esteja.

B ser remetida à vara do trabalho, seja qual for a fase em que esteja, para que lá continue sendo processada e julgada, sendo esse novo juízo o competente, inclusive, para executar as sentenças já proferidas pela justiça estadual.

C ser remetida à vara do trabalho apenas se ainda não tiver sido prolatada a sentença, cabendo à justiça comum executar a sentença proferida.

D continuar no âmbito da competência da justiça comum, caso ainda não tenha sido prolatada a sentença, cabendo à vara do trabalho a execução da decisão.

143) 71. No que diz respeito à representação processual na justiça do trabalho, assinale a opção correta.

A Em regra é possível, nas reclamações trabalhistas, o empregador ser representado por preposto, mesmo que este não seja empregado do reclamado.

B O empregador de microempresa ou empresa de pequeno porte pode ser representado por terceiros, ainda que estes não façam parte do quadro societário ou do quadro de empregados dessas empresas.

C O advogado pode, no mesmo processo em que esteja na condição de patrono do empregador, ser também seu preposto.

D Se, por doença, o empregado não puder comparecer pessoalmente em juízo, poderá ser representado por outro empregado, cabendo a este transigir, confessar e desistir da ação se assim o desejar.

144) 72. Ao término de relação empregatícia, quando negados a prestação do serviço e o despedimento, o ônus da prova é do

A empregado, pois trata-se de prova da relação de emprego.

B empregado, por caber ao autor a demonstração dos fatos por ele alegados.

C empregador, pois vigora o princípio da continuidade da relação de emprego, que constitui presunção favorável ao empregado.

D empregador, pois cabe a este demonstrar, em qualquer caso, a prova dos fatos alegados por qualquer das partes, por vigorar, no processo do trabalho, o princípio do *in dubio pro misero*.

145) 73. Acerca de negociação coletiva de trabalho, assinale a opção correta.

A Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo no qual o sindicato de empregados estipula condições de trabalho aplicáveis no âmbito de uma ou mais empresas.

B Tanto o acordo coletivo de trabalho quanto a convenção coletiva de trabalho têm prazo de vigência de, no máximo, dois anos.

C Acordo coletivo de trabalho é o acordo de caráter normativo em que dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

D A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho não é obrigatória.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

146) 74. Jurema foi contratada por Alice, em 10/5/2007, para prestar serviço como doméstica. Em 10/11/2008, ela foi dispensada sem justa causa e não lhe foi exigido o cumprimento do aviso prévio. No dia 20/11/2008, Alice pagou a Jurema as verbas rescisórias.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do pagamento das verbas rescisórias.

A A empregadora, Alice, está sujeita ao pagamento da multa equivalente a 50% do salário de Jurema, dado o atraso no pagamento das verbas rescisórias.

B A empregadora, Alice, não está sujeita ao pagamento de multa pelo atraso no pagamento de verbas rescisórias.

C A empregadora, Alice, está sujeita ao pagamento da multa equivalente a um salário mínimo, em decorrência do atraso no pagamento das verbas rescisórias.

D A empregadora, Alice, está sujeita ao pagamento da multa equivalente a 20% do salário de Jurema, em decorrência do atraso no pagamento das verbas rescisórias.

147) 75. No que concerne ao trabalho da mulher, assinale a opção correta.

A A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, devendo, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28.º dia antes do parto e ocorrência deste.

B As empresas que tenham em seus quadros mais de 100 empregados são obrigadas a contratar, no mínimo, 20 mulheres, em obediência à CF e à legislação ordinária.

C Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 25 mulheres com mais de 16 anos de idade são obrigados a dispor de local apropriado onde seja permitido às empregadas, no período da amamentação, deixar, sob vigilância e assistência, os seus filhos.

D Ao empregador é vedado empregar mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 25 quilos para o trabalho contínuo, exceto quanto à remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros-de-mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

148) 76. Assinale a opção correta com relação ao direito do trabalhador ao descanso remunerado.

A O empregado que prestar serviço em domingo ou feriado terá sempre o direito de receber, em dobro, o pagamento do labor referente a tais dias.

B O empregador está obrigado a discriminar, no contracheque do empregado, o valor do pagamento inerente ao repouso semanal.

C É devido o pagamento do repouso semanal remunerado a empregado que se ausentar do trabalho, por até 7 dias consecutivos, em virtude de casamento.

D Para fins de percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, na justificativa da ausência do empregado motivada por doença, deve-se observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei.

149) 77. Suponha que Paulo, contratado para trabalhar em uma usina, em 18/7/2004, exerça suas atividades em sistema elétrico, tendo contato com sistema de alta potência duas vezes por semana, em média, durante uma hora em cada uma dessas vezes. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

A Em decorrência do contato com sistema de alta potência, Paulo tem direito à percepção do adicional de insalubridade.

B O adicional de periculosidade a que Paulo faz jus não pode, ante o princípio da proteção, ser fixado em percentual inferior ao legalmente estabelecido nem ser calculado proporcionalmente ao tempo de exposição do empregado ao risco, ainda que por meio de convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho.

C O cálculo do adicional de periculosidade devido a Paulo deve ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial por ele recebidas.

D O adicional de periculosidade a que Paulo faz jus deve incidir apenas sobre o seu salário básico, e não sobre este acrescido de outros adicionais.

150) 78. Um empregado contratado em 25/5/2006 trabalhou, durante a primeira semana do mês de outubro de 2008, cumprindo jornada das 8 h às 17 h, com 30 minutos de intervalo. Em 20/10/2008, o empregado cumpriu jornada das 16 h às 23 h, com uma hora de intervalo, e, em 21/10/2008, reiniciou o labor às 8 h, laborando até as 17 h, tendo gozado de intervalo de uma hora.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Quanto à primeira semana do mês de outubro de 2008, foi regular a jornada de trabalho cumprida.

B Quanto ao labor em 20/10/2008 e em 21/10/2008, ao empregado é devido o pagamento de horas extras em decorrência de não ter sido observado o intervalo determinado por lei.

C Ao empregado não é devido o pagamento de nenhuma hora extra quanto ao labor em 20/11/2008 e em 21/10/2008.

D Ao empregado é devido o pagamento de somente uma hora extra, considerando-se o labor entre 20/10/2008 e 21/10/2008.

151) 79. Suponha que determinada empregada, admitida em 10/1/2007 para prestar serviço como auxiliar de cozinha em um restaurante, tenha adotado, em 13/11/2008, uma criança nascida em 28/5/2006. Nessa situação, a empregada

A tem direito a gozo de licença maternidade por um período de 60 dias, desde que apresente o termo judicial que comprove a efetivação da adoção.

B tem direito a gozo de licença maternidade por um período de 120 dias, desde que apresente o termo judicial que comprove a efetivação da adoção.

C não tem direito a gozo de licença maternidade em decorrência da idade da criança adotada.

D não tem direito a gozo de licença maternidade por não ser mãe biológica da criança.

152) 80. Suponha que os integrantes da categoria de empregados nas empresas de distribuição de energia elétrica, por meio de interferência da entidade sindical que os representa, pretendam entrar em greve, em vista de não ter sido possível a negociação acerca do reajuste salarial a ser concedido à categoria.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Não é assegurado a esses empregados o direito de greve.

B A atividade executada pelos integrantes dessa categoria profissional não se caracteriza como essencial.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

C Frustrada a negociação, é facultada a cessação coletiva do trabalho, sendo afastada a possibilidade de recursos via arbitral.

D Caso a categoria decida pela greve, a entidade sindical deverá comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 horas da paralisação.

153) 81. Manuel, contratado por uma empresa de comunicação visual, no dia 18/9/2005, para prestar serviços como desenhista, foi dispensado sem justa causa em 3/11/2008. Inconformado com o valor que receberia a título de adicional noturno, férias e horas extras, Manuel firmou, no dia 11/11/2008, acordo com a empresa perante a comissão de conciliação prévia, recebendo, na ocasião, mais R\$ 927,00, além do valor que a empresa pretendia pagar-lhe. A comissão de conciliação prévia ressalvou as horas extras.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Manuel não poderá reclamar na justiça do trabalho nenhuma parcela, visto que o acordo ocorreu regularmente.

B Manuel pode postular na justiça do trabalho o pagamento de horas extras, dada a ressalva apresentada pela comissão de conciliação prévia.

C A comissão de conciliação prévia não poderia firmar acordo parcial indicando ressalvas.

D O título decorrente da homologação somente pode ser questionado perante a comissão de conciliação prévia.

154) 82. Em 23/9/1993, Joana foi contratada para prestar serviços como secretária. A partir de 7/10/1995, passou a desempenhar a função de confiança de gerente administrativa, recebendo uma gratificação correspondente a 30% do salário de secretária. Em 18/9/2006, Joana foi dispensada, sem justo motivo, da função de gerente, retornando às atividades de secretária e deixando de perceber o percentual inerente à gratificação de função.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

A A empregada pode retornar ao cargo efetivo, sem o direito de receber o valor a título de gratificação de função, pois não mais se justifica tal pagamento.

B A empregada pode retornar ao cargo efetivo, devendo o empregador pagar-lhe, por pelo menos um ano, o valor correspondente a 50% do valor da gratificação de função.

C Dado o tempo de exercício na função de confiança, a empregada somente pode ser dispensada do exercício dessa função por justo motivo.

D O empregador pode dispensar a empregada do exercício da função de confiança sem justo motivo, mas está obrigado a manter o pagamento do valor inerente à gratificação.

OAB/SP – 137º Exame de Ordem – Aplicação Janeiro 2009
Banca Cespe/Unb

155) 61. Quanto à remuneração a ser paga no período de férias, assinale a opção correta de acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Prof^a. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

A O empregado não receberá salário, pois nesse período houve o afastamento do exercício de sua atividade laboral.

B No salário pago por tarefa, para fins de apuração do valor do salário, toma-se a média da produção no período aquisitivo, aplicando-se o valor da tarefa do mês imediatamente anterior à concessão das férias.

C Para o salário pago por porcentagem, apura-se a média do que foi percebido nos doze meses que precederem à concessão das férias, sendo esta a remuneração do período de descanso.

D No salário pago por hora cujas jornadas sejam variáveis, a remuneração das férias será a média dos últimos seis meses, pagando-se a esse título o valor do salário vigente na data da sua apuração.

156) 62. Assinale a opção correta acerca da suspensão do contrato de trabalho para que o empregado participe de curso ou programa de qualificação profissional.

A A suspensão do contrato para tal fim poderá ocorrer por um período mínimo de um e de, no máximo, seis meses.

B O empregado, mesmo não prestando serviços, continua a receber salário por ser tal suspensão considerada benefício que visa ao aprimoramento do profissional em favor do empregador.

C Se o empregado for dispensado durante a suspensão do contrato ou nos três meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, terá direito ao recebimento de multa convencional cujo valor será, no mínimo, igual ao montante da última remuneração mensal anterior à suspensão.

D Não se exige previsão em acordo ou convenção coletiva para a realização de curso de qualificação profissional.

157) 63. Segundo a CLT, não representa hipótese de rescisão indireta

A a falta grave praticada pelo empregador contra o empregado, mesmo quando inexistente o requisito da imediatidade e da causalidade.

B a ofensa que o empregador dirija ao empregado, inclusive quando se tratar de hipótese de legítima defesa.

C o fato de empregador exigir serviços estranhos àquele para o qual o empregado foi contratado.

D o rigor excessivo no tratamento dispensado pelo superior hierárquico ao empregado.

158) 64. Com relação ao descanso intrajornada, assinale a opção correta.

A O acordo ou convenção coletiva de trabalho pode conter cláusula que reduza o intervalo intrajornada, visto que constitui matéria passível de negociação coletiva.

B O trabalho contínuo cuja duração seja de cinco horas diárias terá intervalo de 15 minutos para repouso ou alimentação.

C Os intervalos de descanso são computados na duração do trabalho prestado pelo empregado.

D Considera-se simples infração administrativa, sem qualquer outra consequência jurídica, a não concessão, pelo empregador, do período de descanso do empregado.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

159) 65. Assinale a opção correta no que se refere ao trabalhador avulso.

A Será enquadrado como trabalhador avulso aquele que prestar serviço sem vínculo de emprego, a diversas pessoas, em atividade de natureza urbana ou rural com a intermediação obrigatória do gestor de mão-de-obra ou do sindicato da categoria, como, por exemplo, o amarrador de embarcação.

B Exige-se a intermediação do sindicato na colocação do trabalhador avulso na prestação do serviço, razão pela qual deve esse trabalhador ser sindicalizado.

C O trabalhador avulso não é amparado pelos direitos previstos na legislação trabalhista, só tendo direito ao preço acordado no contrato e à multa pelo inadimplemento do pacto, quando for o caso.

D O trabalho avulso caracteriza-se pela pessoalidade na prestação do serviço, pois a relação é *intuitu personae*.

160) 66. O motorista que trabalha em uma empresa cuja atividade seja preponderantemente rural é enquadrado como trabalhador

A urbano, pois faz parte de categoria diferenciada.

B urbano, visto que não atua diretamente no campo na atividade-fim da empresa.

C doméstico, porque, como motorista, não explora atividade lucrativa.

D rural, pois, embora não atue em funções típicas de lavoura e pecuária, presta serviços voltados à atividade-fim da empresa e, de modo geral, trafega no campo e não em estradas e cidades.

161) 67. No que se refere à culpa recíproca como causa de extinção do contrato de trabalho por tempo indeterminado, prevista no art. 484 da CLT, assinale a opção correta.

A O empregado não terá direito ao recebimento do aviso prévio, das férias proporcionais e da gratificação natalina referente ao ano em que ocorrer a rescisão do pacto laboral.

B Caracterizada a culpa recíproca, possibilita-se o pagamento ao empregado, pelo empregador, de metade do aviso prévio, do 13.º salário e das férias proporcionais.

C Tal instituto decorre de duas ações capazes de provocar, cada uma delas de per si, a dissolução do contrato de trabalho, sendo uma praticada pelo empregador e outra do empregado, sendo ambos os atos, ao menos, de natureza leve.

D A conduta do empregado que retruca a ofensa a ele dirigida pelo empregador não precisa ser grave nem guardar relação direta com a conduta ofensiva anterior.

162) 68. Assinale a opção correta acerca da equiparação salarial de acordo com o previsto no art. 461 da CLT.

A No trabalho de igual natureza, observa-se a denominação do cargo ocupado, independentemente da função exercida pelo empregado.

B É imprescindível que, quando proposta a reclamação em que se busque a equiparação salarial, o reclamante e o paradigma permaneçam como empregados do estabelecimento, ainda que o pedido diga respeito a situação pretérita.

C Cabe ao empregador provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do pedido de equiparação salarial.

Exercícios de Direito do Trabalho para a 1ª Fase da OAB
Profª. Simone Belfort e Ana Paula Alvares
(<http://www.simoneeanapaula.blogspot.com>)

D Para fins de equiparação, o empregado e o paradigma podem desempenhar suas atividades em municípios ou estados diversos.

163) 69. Segundo a CLT, as federações

A são entidades sindicais de grau superior que atuam em âmbito nacional.

B são entidades sindicais compostas de, ao menos, cinco sindicatos que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, sejam elas similares ou conexas.

C têm como órgãos internos a diretoria e o conselho de representantes, apenas.

D têm o seu presidente escolhido entre os seus membros, sendo ele eleito pelo conselho de representantes.

164) 70. Com relação à audiência de julgamento, assinale a opção correta de acordo com a CLT.

A O não-comparecimento do reclamante à audiência de instrução importa o arquivamento da reclamação.

B Após a apresentação da defesa pelo reclamado, o juiz deverá propor a conciliação, conforme o disposto nessa legislação.

C O não-comparecimento do reclamado à audiência importa revelia, além da confissão quanto à matéria de fato e de direito.

D Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa.

